

**Projeto de Lei Ordinária nº 116/2025**  
**Comissão do Direito do Servidor Público e do Trabalho**

*DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DO RISCO  
DA ATIVIDADE PROFISSIONAL EXERCIDA POR VIGI-  
LANTES DE EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA  
NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.*

**PARECER**

**1 – RELATÓRIO**

Trata-se da análise do Projeto de Lei Ordinária de 21 de março de 2025, de autoria do Vereador Policial Federal Suender, que dispõe sobre o reconhecimento do risco da atividade profissional exercida por vigilantes de empresas de segurança privada no Município de Anápolis.

O projeto é composto por três dispositivos normativos:

- Art. 1º: Reconhece o risco da atividade profissional dos vigilantes em empresas de segurança privada no âmbito municipal;
- Art. 2º: Atribui ao Poder Executivo a regulamentação dos critérios para implementação da norma proposta;
- Art. 3º: trata da vigência da norma proposta.

O texto é acompanhado de justificativa na qual se argumenta que a atividade de vigilância privada é essencial à segurança urbana e implica



riscos à integridade física dos profissionais, devendo, portanto, ser reconhecida formalmente pelo Município.

## 2 – FUNDAMENTOS

A proposição está inserida no escopo de relações de trabalho especializadas e trata de atividade profissional regulamentada em legislação federal, devidamente normatizadas pelas autoridades competentes, destacando-se os seguintes regramentos:

### **Lei Federal nº 7.102/1983:**

*Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de:*

*I - proceder à **vigilância patrimonial** das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;*

*II - realizar o **transporte de valores** ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.*

*§ 1º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa.*

*§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do caput deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de **segurança privada** a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas.*

### **Portaria n.º 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012:**

*Art. 1º - A presente Portaria **disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas**, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.*

*§ 3º - São consideradas atividades de segurança privada:*

**Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,  
Q 50, L 14, B. Jundiá, Anápolis/GO  
CEP: 75.110-330  
anapolis.go.leg.br**



*I - **vigilância patrimonial**: atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;*

*II - **transporte de valores**: atividade de transporte de numerário, bens ou valores, mediante a utilização de veículos, comuns ou especiais;*

*III - **escolta armada**: atividade que visa garantir o transporte de qualquer tipo de carga ou de valor, incluindo o retorno da equipe com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários;*

*IV - **segurança pessoal**: atividade de vigilância exercida com a finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas, incluindo o retorno do vigilante com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários; e*

*V - **curso de formação**: atividade de formação, extensão e reciclagem de vigilantes.*

#### **Consolidação das Leis do Trabalho:**

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas **atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial**.

§ 4º. São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em **motocicleta**.

Embora o projeto não interfira diretamente nas relações de trabalho dos servidores públicos municipais, **ele aborda temática relacionada à política de emprego e valorização profissional no âmbito local**, tema incluído nas competências desta Comissão, conforme inciso I do art. 41 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis:

Art. 41. Compete à Comissão do Direito do Servidor Público e do Trabalho:

I – Emitir parecer sobre os processos relativos a **contratos**

Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,  
Q 50, L 14, B. Jundiá, Anápolis/GO  
CEP: 75.110-330  
[anapolis.go.leg.br](http://anapolis.go.leg.br)





*especiais de trabalho, política salarial, política de emprego, aprendizagem e treinamento profissional, organização político-administrativa e reforma administrativa do Município, serviço público da administração direta, indireta e fundacional, regime jurídico dos servidores civis ativos e inativos.*

Assim, sendo despcienda a análise de constitucionalidade de referida propositura, verificação que compete à mui digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação, ex vi, art. 32 do RICMA, passa-se à:

### 3 – CONCLUSÃO

Assim, considerando que o desiderato da propositura é a valorização da atividade profissional de tão importante categoria, reconhecendo-se o risco inerente a tal atividade e destacando seu papel indispensável na atualidade;

Considerando que a matéria respeita a competência legislativa municipal, inserindo-se na política de emprego e valorização profissional, estando alinhada à legislação federal vigente;

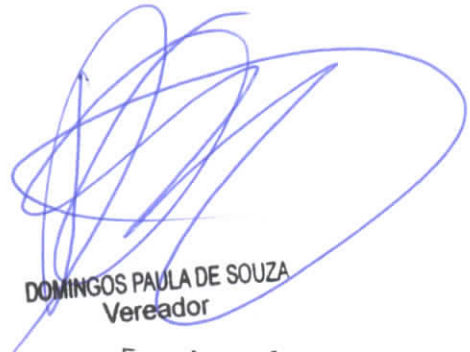
Voto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Ordinária nº 116/2025 de 21 de março de 2025, de autoria do Vereador Suender, nos termos apresentados.

Sala das Comissões, quarta-feira, 28 de maio de 2025.

  
**VEREADOR JEAN CARLOS**  
Partido Liberal

  
**Frederico Antônio Pastos Godoy**  
VEREADOR

  
**DOMINGOS PAULA DE SOUZA**  
Vereador

  
Encaminhe-se à Comissão de Agricultura,  
Indústria, Comércio, Desenvolvimento  
Econômico e Turismo  
em 28/05/25  
**Presidente**

Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,  
Q 50, L 14, B. Jundiá, Anápolis/GO  
CEP: 75.110-330  
anapolis.go.leg.br